

A entrada da inflação em 1981

II

EUGENIO GUDIN

Não é fácil comentar a política econômica e financeira para o ano corrente, pela simples razão de que não existe, de meu conhecimento, um programa definido. Tem havido oscilações, às vezes mesmo contradições, frutos das pressões ou das circunstâncias, mas não um programa adequado e coerente, para firme execução. Acredito assim que persista em 1981 a política que o Ministro Delfim denominou de "arrumação da casa" em que as providências são tomadas "piece-meal" (na linguagem do ex-Ministro do Exterior Silveirinha seria: "pragmatismo responsável"), à medida que os casos se apresentam.

O próprio Professor Buhões que, como membro do Conselho Monetário e presidente do IBRE (Fundação Getúlio Vargas) está em posição favorável para abranger e compreender os acontecimentos, viu-se forçado a invocar São Francisco de Assis ao dizer que "procura compreender para poder ser compreendido". Guardadas as devidas distâncias em matéria de Santidade, eu me encontro na mesma (senão pior) situação do ilustre professor. Em artigo recente, ele assenta a sua orientação em dois esteios principais: Um, o de que o Governo vive assustado com o espantalho de uma recessão. A perspectiva de um PIB inferior a 5% parece paralisar-lhe a energia antiinflacionária; outro, de que a principal fonte de inflação situa-se no Crédito Agrícola, a saber no "crescimento da Base Monetária necessária para poder atender à expansão do Crédito Agrícola": "A safra de meios de pagamento supera de muito a safra de seus produtos".

O Crédito Agrícola é suprido pelo Banco do Brasil, com recursos fornecidos pelo Banco Central, através de uma "Conta de Movimentação com o Banco do Brasil", da ordem de 300 bilhões. A JUROS DE 1% AO ANO...

A Agricultura não é a única beneficiária dos subsídios do Governo. Há vários outros — e substanciais — no Orçamento Monetário (FINAGRI, PROTERRA, FINEP, etc.). O subsídio ao trigo persiste; os do Petróleo já foram eliminados.

O subsídio a determinado produto (trigo por exemplo) permite que seus derivados possam ser vendidos ao público (e registrados nos índices de inflação) a preço abaixo do custo real. E por-

tanto um incentivo ao consumo, e não raro às importações. Tudo à custa do Tesouro.

Instrumento análogo que faz parte da ferramenta do atual Governo é a fixação de preços máximos para a venda ao público. Estes preços são fixados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP, órgão com que o Governo se sobrepõe ao Mercado Livre). Só que no caso quem fornece o subsídio não é o Governo, é o produtor empresário. Serve para iludir o consumidor, elevando o consumo e desincentivando obviamente os investimentos.

R eputo essa modalidade de intervenção do Estado como das mais danosas porque DESMORALIZA o país, diante dos investidores, dos empresários nacionais. Se um empresário que, depois de expor a banqueiros e possíveis investidores o excelente negócio que lhes propõe, é forçado afinal a confessar que o Governo do Brasil se arroga o direito de fixar arbitrariamente os preços, é claro que ninguém se dispõe a investir em um país em que o Governo intervém arbitrariamente nos mercados.

C om a mesma sem-cerimônia, o Governo manda limitar a 45%, digamos, a taxa de correção monetária correspondente à inflação vigente. Isso provoca evasão da poupança, que tenderia a se transferir para a Bolsa de Títulos não fosse o valor desses títulos sujeito às consequências das limitações dos preços dos produtos das empresas. Ora há corrida para o mercado imobiliário, ora congestiona-se o "open market".

O que tudo dá razão a De Gaulle para dizer que não somos "un pays sérieux".

E ntre as medidas com que inicia 1981, o Governo arracha as taxas legais do Imposto de Renda e, de outro lado, limita em 1981, a 50% o acréscimo total do Crédito, sobre 1980. Passa também a exigir o "placet" do Presidente da República para qualquer obra nova nas Estatais. Dá um bom corte nas famosas mordomias. Poderia (e, data venia, deveria) fazer outros cortes em caça graúda...

Parece portanto que em 1981 continuaremos "arrumando a casa". Difícil é prever a extensão e a natureza das arrumações.